

AMOR, ESPERANÇA, ENFERMIDADE (TRÊS VIRTUDES CAPITAIS NA ARTE EPISTOLAR DE VIEIRA)

ALCIR PÉCORA
Unicamp, Brasil

As prescrições epistolares medievais e humanistas, revistas pela Companhia e aplicadas aos diversos casos vividos pelos jesuítas particulares, tiveram participação determinante na construção da história que, séculos depois, parece existir sem elas. Os conteúdos das cartas, no entanto, são sempre possibilidades surgidas no processo de acomodação ao seu gênero discursivo, enquanto experiência retoricamente organizada. Por isso mesmo, convém examinar a epistolografia jesuítica no âmbito do modelo histórico da *ars dictaminis*, cujas partes principais da disposição são, como é sabido, nos seus termos latinos, *salutatio*, *captatio benevolentiae*, *narratio*, *petitio* e *conclusio*.

A *salutatio* é a primeira parte do exórdio da carta. Trata-se, em geral, de uma saudação breve, que se resume, no caso de Vieira, a um «Senhor», «Senhor meu», «Meu senhor», «Exmo. Senhor», com poucas variações notáveis, seja qual for o lugar hierárquico do destinatário, mas com uma notável articulação com os procedimentos de obtenção da simpatia do destinatário, a *captatio benevolentiae*. No âmbito das preceptivas epistolares, esta constitui uma segunda parte do exórdio, que fundamentalmente busca a disposição favorável do leitor para o que há de ler em seguida. Aqui, Vieira utiliza recursos amplos e diversificados, que algumas vezes chegam a ocupar todo o corpo principal da carta, mantendo sempre o efeito de demonstração de cortesia, implicado na saudação.

Assim, ao mesmo tempo em que afeta modéstia e humildade face aos destinatários de qualquer condição, o jesuíta ressalta a muita expectativa sofrida até a chegada da carta do correspondente, ou a felicidade de sabê-lo com saúde, ou, ainda, na direção oposta, mas com o mesmo sentido, o demasiado pesar que lhe causara saber de males ou doenças que acometeram ao

destinatário, pelos quais pede melhoras a Deus. É mesmo rara a carta de Vieira que não inicia com uma longa *captatio* de saudação ou cortesia, assentada no comentário minucioso e atento sobre a enfermidade sua ou alheia, ou sobre a expectativa de que a correspondência não falte e ainda seja abundante.

Este último tipo de *captatio benevolentiae*, muito empregada por ele, que se associa à reflexão sobre a própria epistolografia, tem como efeito principal a acentuação do lugar da carta como dramatização da partilha comum de situações e sentimentos vividos antes separadamente, e, por assim dizer, em silêncio pesaroso. O caráter negocial das suas cartas incorpora igualmente, em seus termos, os aparatos implicados numa idéia de encontro amigável e, por isso, atento ao registro afetivo, o qual inscreve na carta um *temperamento particular*, como o recomendam os preceptistas de viés humanista – Justo Lípsio, em especial –, avessos quase sempre ao tratamento notarial da correspondência, mesmo a mais pública. A *captatio benevolentiae*, aplicada nesses termos, não apenas expande a saudação como preenche o lugar da conversação amistosa, solidária, e, ainda mais, cúmplice.

A inclinação favorável, a boa vontade da leitura que se busca com base nas provas do caráter humilde, obediente e piedoso do autor é solicitada também em nome do sentimento comum dos que se carteiavam, o qual, de maneira exemplar, diz respeito aos incômodos ou excessos do amor da pátria, que não deixa tempo para cuidar de si. O que se inscreve na carta, assim, seja qual for o seu conteúdo, é a comunicação instantânea de afetos acesos nas letras, a confirmação dos bons termos mantidos entre os interlocutores, quando não da amizade e da aliança política entre eles.

A terceira parte da carta reúne os procedimentos da *narratio*, na qual se trata de construir um relato do ocorrido na ausência do destinatário. Nas cartas de Vieira, um aspecto bem marcado de suas narrativas, comum às narrativas jesuíticas, é a descrição do tempo presente como um estado de coisas adverso – sem ser exatamente «às avessas», como prevê a tópica quinhentista, cujo caráter é mais aristocrático e definitivo.

No caso de Vieira, como ocorre também com os relatos jesuíticos, trata-se de adversidade difícil, mas não insuperável. Em particular, para ele, trata-se de uma adversidade devida menos à ação de inimigos externos, do que à incapacidade própria de agir, ao mesmo tempo, com espírito cristão e com eficácia política, segundo os lugares da razão e da ocasião. Exemplarmente, para Vieira, os portugueses e, ainda mais, os que governam Portugal são os seus próprios e mais ferozes inimigos. É este o lugar argumentativo mais recorrente na interpretação do estado sempre lastimável do reino, desde que a graça e a intervenção providencial de Deus mostram inequívoca inclinação favorável a ele.

Nesses termos, a narrativa epistolar de Vieira é basicamente a composição de um lugar argumentativo no qual os acontecimentos selecionados na carta atuam como amostras de situações repetidas, que tendem a caracte-

rizar os maus hábitos que se foram estabelecendo no reino, muito mais que ocorrências únicas. Como exemplo, pode-se tomar o quadro desenhado por Vieira a respeito da situação dos índios do Brasil. Em termos de virtualidade ou potência, tudo parece providencialmente disposto para favorecimento da conversão das almas e da sustentação de Portugal, sobretudo pela boa disposição dos índios e pela determinação heróica dos padres. Contudo, quando o quadro das virtualidades da conversão se projeta sobre o quadro atual do governo e dos costumes dos portugueses que nela vivem o desastre é anunciado. Trata-se então de evidenciar enganos e vícios, pecados mortais, prantos derramados sobre a seara originariamente boa.

Em particular, os moradores são quase sempre descritos como maus exemplos para os índios, estorvos à conversão, seja por mancebias, roubos e escândalos; seja pelo descuido da alma do servo, e, mais do que isso, pelo ódio ao índio sedimentado na injustiça dos cativeiros; seja ainda pela murmuração e desobediência contra as disposições reais, agravadas pelo gestão política entendida como disposição de saque e prática de rapina pelos capitães-mores e governadores. Práticas más, porém, não são o mesmo que má natureza. Nesta diferença, reside o fundamento teológico da conversão e da intervenção jesuítica, bem como da eleição providencial de Portugal como Estado cristão para levar a cabo a destinação cristã da história.

O mesmo sentido de uma *narratio* que constrói um «estado de coisas» terrível que solicita, a seu turno, uma firme intervenção, efetua-se, em Vieira, de formas muito variadas, que vão muito além do exemplo das coisas do Brasil. Algumas das narrativas mais persistentes são as que dizem respeito à situação do «Turco», que o jesuíta imagina alternadamente ameaçar a Hungria, Polônia, Cracóvia ou Croácia, quando não diferentes principados alemães, italianos, e a própria Roma, figurando-o muitas vezes, com temor não isento de alegria, já às portas da cidade papal.

Tal narrativa compõe um estado de coisas alarmante, difuso, com sombras palpáveis como as que diz haver em Roma, o qual paradoxalmente excita a entrada do rei português numa espécie de grande ato final da política européia. A este grande rei, que Vieira define «no comum» como português, e, no particular, seguidamente, como D. João IV vivo, D. João IV ressuscitado, D. Afonso VI, D. Pedro, e ainda mais de um de seus filhos, dever-se-á creditar os passos decisivos da conquista do «paraíso terreal», a ocorrer justamente quando o corpo católico estiver em grande perigo, incluindo a sua cabeça, Roma.

Outro exemplo de narrativa persistente nas cartas de Vieira refere a situação dos cristãos-novos, invariavelmente tratados como vítimas de injustiças e de perseguições da Inquisição, e como evidência da falta de razão política do governo, que não se dá conta da utilidade do cabedal da gente de nação para a sustentação e ampliação do Império português no mundo. Também são admiráveis os muitos relatos particulares, dispersos nas muitas cartas, sobre assuntos tão múltiplos e variados como as técnicas indígenas

da caça às tartarugas nas chamadas praias de viração, as notícias desencontradas das batalhas nas fronteiras sempre demasiado distantes para a fidedignidade das informações, as intrigas da corte portuguesa, os comportamentos dos embaixadores estrangeiros junto à Cúria, os bastidores da eleição papal, as idas e vindas das tratativas de casamento, as formas de negociar no Parlamento da Holanda, e mais uma infinidade de relatos que conjugam correspondências apertadas entre miudezas, achaques e prodígios.

Miudezas, achaques e prodígios: tudo conta, tudo merece ser contado, pois tudo são sinais que, bem interpretados, haviam de revelar o descontentamento divino com a desordem das criaturas e a iminência de uma catástrofe punitiva que, entretanto, enquanto parte de uma economia salvífica, magnânima, acabaria por detonar um conjunto de intervenções extraordinárias na história. Dessas intervenções escatológicas, avultariam as devidas ao rei português, finalmente lançado na empresa de redução do mundo a uma única monarquia universal, contando com a união dos príncipes cristãos armados contra os inimigos da fé, e a aliança dos judeus que se haveriam de converter espontaneamente ao catolicismo após a descoberta das tribos perdidas de Israel. Todas essas narrativas de tribulações preparariam não apenas um final feliz, mas um longo e continuado período de paz na terra, antes ainda da vinda do Anticristo e do Juízo Final. Ou, como escreve Vieira a Duarte Ribeiro de Macedo, seu mais fiel correspondente, em carta de 23 de agosto de 1672:

Nesta suspensão do mundo espera todo ele com ânsia pelo fim de tão notáveis princípios.

Por esse breve apanhado dos procedimentos da *narratio* em Vieira é possível perceber que os anúncios funestos e as relações de desastres disseminados por suas cartas não são apenas narrativas de fatos passados, vale dizer, memória ou diagnóstico de uma situação inalterável, mas também, e principalmente, relatos de expectativas e esperanças de uma história do futuro, que opera já em latência. Quando Vieira é o narrador, o anúncio de catástrofes não é essencialmente diverso da narração de projetos longamente acalentados de intervenção do Estado português no mundo, onde não haveria de ser pequeno o seu próprio papel, enquanto intérprete de sinais divinos e conselheiro do rei fatal que lhe emprestasse os ouvidos, retirando as suas palavras da bruma de silêncio onde esperam, impacientes, que chegue a hora de deixarem de ser papel para ser ato e coisa, e coisa que perdura.

A *narratio* tem ainda como função específica a sustentação eficaz da *petitio*, na medida em que fornece a fundamentação histórica para as várias solicitações feitas ao destinatário. E sempre protestando que não tem pleitos pessoais, é extraordinário como Vieira pede, solicita, cobra, reclama, quer, requer, pleiteia!

As cartas trazem pedidos de vária ordem, desde os mais simples, como o favor do destinatário à necessidade de um conhecido – e, em pequena escala,

de um parente, como o que pede pela irmã, pelo sobrinho e pelo irmão –, até os que dizem respeito a operações de larga monta como a reivindicação de dinheiro para a compra de navios em Ruão e Amsterdã, ou para usar como propina para amaciar os deputados de Haia que tratavam a paz com Portugal, a qual passava obrigatoriamente pelo cálculo dos prejuízos de Pernambuco, que os holandeses contavam como território seu.

Em seu período de visitador do Maranhão, o pedido mais freqüente de Vieira é o mesmo de todas as cartas jesuíticas dos séculos XVI e XVII, oriundas do Brasil: o envio de mais padres amorosos da conversão da gentildade, ainda que de outras nações e mesmo sem letras, já que os índios tampouco as tinham; o pedido de novas regulamentações sobre a captura dos gentios, apenas admissível em guerras justas; o monopólio da Companhia de Jesus no trato do indígena, o que incluía o comando das entradas ao sertão e a jurisdição exclusiva sobre as missões, sem interferência do governador; a nomeação de um governador zeloso e prudente, que favorecesse a conversão, e não a estorvasse como julgava ser o costume, entre outras.

Mas se tivesse de escolher apenas um único exemplo da *petitio* vieiriana, escolheria o mais recorrente e exasperado de todos eles, o qual, entretanto, resultou sempre inútil: a petição eterna de servir ao reino e ao rei de Portugal – seja qual for o rei, desde que reine –, na qualidade de conselheiro e privado, como antes servira a D. João IV, desgraçadamente morto e não ressuscitado, e ao malfadado D. Teodósio, morto antes de alcançar o trono. Nenhum pedido ecoa mais fundo nas cartas do que este.

Também é interessante notar que a petição não ocupa lugar fixo nas cartas, mas permeia toda a narração. Ademais, na quase totalidade delas, participa da sua conclusão, seja como retomada de um pedido já expresso antes, seja como enunciado do «remédio» que sugere para a cura do que antes narrou como um quadro de «doença».

Na *conclusio*, é comum que se encontre a reiteração dos pedidos feitos anteriormente, sendo que a parte final da conclusão se reserva à *valedictio*, a despedida, que Vieira em geral resolve com uma fórmula simples, que reitera a cortesia, e o desejo particular de que o destinatário viva muitos anos, reafirmando a sua própria obrigação ou serviço do destinatário: «De V. M. cê obrigadíssimo servo». Ou ainda, mais simplesmente: «Criado de V. Ex.^a».

O fundamental, contudo, desta última parte da carta é a reintrodução da esperança no quadro dos desastres acontecidos ou iminentes que ocupam usualmente o corpo da narração. A esperança, por assim dizer, é componente técnico da carta jesuítica, e, nisso, Vieira não é nenhuma exceção, mesmo em seus achaques mais exasperados. Não é à toa que ele assim se despede de seu último correspondente, Sebastião de Matos e Sousa, secretário do Duque de Cadaval, na última carta que João Lúcio de Azevedo recolhe, escrita apenas uma semana antes de Vieira morrer, já com o corpo tomado de febres:

Deus nos acuda e me traga melhores e mais confiadas novas de V. Mcê., que será uma grande parte do alívio, nestes poucos dias que as moléstias me

podem conservar de vida, a qual o Senhor aumente a V. Mcê. por muitos anos, com todas as felicidades temporais e eternas, que V. Mcê pode desejar e eu em minhas orações peço a Sua Divina Majestade.

Ou seja, concordando Deus e a Majestade, pois toda ela é participação nele, Vieira reitera a graça divina como fábrica e conservação do futuro, e, portanto, como a última fiança das esperanças do presente adverso. As suas cartas, desse ponto de vista, podem ser descritas como parte essencial do esforço de produção de uma *esperança radical*, algo semelhante àquela que é descrita por Jonathan Lear quando pensa não nos padres, mas nos índios. Trata-se da esperança de uma resposta legítima para a catástrofe do mundo, fundada exclusivamente no esforço para recolher dos presságios da devastação os signos que ainda mal se compreendem – rumores, sombras, algaravias –, mas que podem significar ao menos a reafirmação da ação política, em meio ao desastre continuado.

Não será preciso dizer mais para evidenciar que Vieira entendia a correspondência, em primeiríssimo lugar, no âmbito da *res publica* e, portanto, da ação e da conversa política. Os seus principais carteadores são, todos eles, homens ligados ao governo de D. João IV, os mesmos que, posteriormente, com a morte do soberano, constituíram a facção que tomou o partido da regente D. Luísa contra a subida ao trono de Afonso VI. São eles também que, mais tarde, de uma forma ou de outra, com a notável exceção do Padre Vieira, alcançaram nova vida no poder com a derrubada de Afonso VI e a ascensão ao trono do Príncipe D. Pedro.

Por isso mesmo, o que as cartas mais dizem e protestam, no conjunto de sua composição, é justamente a memória dos serviços que prestou a D. João IV, que, segundo o jesuíta, sofreram menoscabo e castigo no governo de D. Afonso VI, sem jamais obter resgate, mas antes crescer maior ingratidão por parte de D. Pedro. A seqüência desses três tempos, segundo os três reis de Portugal, nos quais dispõe o conjunto de sua vida no conjunto de suas cartas, compõe vivamente o temperamento áulico, voluntarista, determinado, agastado, impaciente, achacoso e também melancólico do conjunto delas – seja qual for ou tenha sido o temperamento da pessoa pessoal de seu autor.

Dito o mesmo em chave dialética, menos que temporal, os serviços prestados ao rei e ao reino são coletados, na arte epistolar de Vieira, como dívidas de um tesouro sem resgate. Ou ainda melhor, como dívidas que, quanto menos pagas são, e nunca o poderão ser suficientemente, mais avivam o sentimento de injustiça, de desdém imerecido de que ele se sente objeto. Justamente por isso, tais dívidas nunca pagas pretendem demonstrar, por retroprojeção, o seu «amor fino», estranho a todo interesse pessoal.

Seja como for, resulta cabalmente demonstrado o espantoso talento, embebido nas nódoas da tinta mais terrena, com que escreve copiosamente aos seus correspondentes tomado dessa estranha enfermidade cuja origem localiza, paradoxalmente, no silêncio. Não se trata, desde logo, apenas do

silêncio a que o obriga a Inquisição hostil, mas principalmente do silêncio do discurso que coze só consigo, desgostosamente, quando aquele que mais o deveria ouvir já não o quer ao pé de si, nem se preocupa em desfazer a solidão da carta num ato de cumplicidade histórica. Esse mesmo apelo, se pode ler, por exemplo, na carta que escreve a D. Rodrigo de Meneses, em 24 de agosto de 1665:

Senhor. – Quando V.S.^a me faz mercê dizer que desejava falar comigo, e com tanto encarecimento, que posso dizer eu, cujo coração há mais de três anos está cozendo desgostos e discursos, sem poder romper o silêncio? Esta é a enfermidade de que adoço, e a falta deste remédio a que me há-de matar, se Deus não abrir algum extraordinário caminho, com que me veja aos pés de V.S.^a, pois todos os ordinários estão fechados.

Trata-se de D. Rodrigo de Meneses, mas gostaria aqui de cometer um abuso e imaginar que, se o caso fosse de encontrar um destinatário ideal das cartas de Vieira, ele seria apenas um, o Príncipe português, escondido atrás de todos os grandes do Reino, seus mais assíduos correspondentes. Teria de ser assim mesmo, Príncipe português, no comum, sem nome particular, embora apenas cada um dos príncipes particulares, com sua efetiva parte de corpo histórico e vontade política, pudesse lhe conceder ouvidos. Fazê-lo significaria produzir a cura do silêncio que se agrava, e piora o paciente, quanto mais escreve, ou tem de escrever.

E se for justo dizer que o Príncipe se esconde no destinatário de toda carta, talvez se possa igualmente supor que os inúmeros achaques e doenças aludidos em seu conjunto declaram sempre a enfermidade mais desgraçada: a fatalidade de escrever sem ser lido, de chamar sem ser atendido, de ser autor de histórias sem poder de história.